



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR E FORMAÇÃO CIDADÃ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Claudiene Cordeiro Leandro Bispo
José Eronildo de Melo
Marcia Fabiane Lira de Almeida
Maria Sizino de Lira Santos
Marli da Silva
Simone Cerqueira Rocha¹
Betijane Soares de Barros²

RESUMO

O presente artigo retrata reflexões sobre a educação em perspectiva interdisciplinar para uma formação cidadã como contexto emergente da globalização. O estudo teve como objetivo central compreender a formação interdisciplinar para a cidadania. Para subsidiar as discussões pertinentes, buscou-se como pano de fundo o pensamento e as proposições do teórico espanhol Jurjo Torres Santomé, em sua obra “Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado” (1998), por tecer considerações e apresentar direcionamentos importantes à promoção de prática educativa globalizada e integrada do conhecimento. As discussões sobre o tema proposto trouxeram (re) conceituações e orientações salutares quanto a interdisciplinaridade curricular, com evidências das possibilidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Globalização. Cidadania. Interdisciplinaridade.

¹ E-mail: simonecerqueirarochoa@hotmail.com

² E-mail: bj-sb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é impulsionada por um ciclo de transformações de grande intensidade, com implicações e consequências sobre o presente e o futuro da humanidade. Tais transformações representam desdobramentos decorrentes do fenômeno da globalização mundial, o qual vem reconfigurando a percepção dos indivíduos e da sociedade como um todo sobre a nova dinâmica social em todas as suas dimensões.

A educação está entre as áreas afetadas com maior intensidade, apresentando lacunas no que se refere à formação global do aluno para essa nova realidade, à visão do professor sobre o conhecimento e a unilateralidade do tratamento dado às disciplinas do currículo escolar. Essas lacunas revelam a separação do processo educativo do contexto maior, dada às interfaces advindas do processo histórico e social.

Nesse alinhamento, a complexidade do mundo moderno está exigindo dos currículos escolares, além das clássicas áreas do conhecimento que representam a cultura universal, uma proposta de educação que amplie aprendizagens para a higiene pessoal, saúde física e mental, trânsito, consumo, educação tecnológica, sexual e para uma

nova consciência ambiental. Tais aprendizados fomentam o desenvolvimento de hábitos e posturas sociais, que venham a prevenir contra as drogas, que se abram aos novos meios de comunicação, que atendam aos novos conhecimentos científicos e técnicos, característicos da sociedade atual.

O objetivo deste estudo buscou respostas para a relação entre a interdisciplinaridade e a educação emergente na contemporaneidade, na perspectiva de que uma proposta curricular que privilegie conteúdos básicos e de caráter político e sociocultural fortalece a participação social.

As análises e discussões tiveram suas bases ancoradas na linha teórica de Santomé (1998), o qual orienta a construção do currículo escolar para um movimento integrado como princípio formativo às questões sociais citadas, dado o seu papel político, cultural e social, dentro e fora da escola, e envolvendo todos os envolvidos no processo educacional.

Os resultados do estudo foram estruturados em três campos de discussões interrelacionadas. O primeira mostra a relação entre educação e o novo cenário social, na perspectiva das demandas postas pelo processo da globalização mundial. O segundo

apresenta, embora de forma superficial, considerações sobre currículo escolar nas perspectivas tradicional e de contraposição, evidenciando a teoria do currículo integrado como saída à ressignificação necessária ao conhecimento de responsabilidade da escola. E por fim, o terceiro, aborda a formação interdisciplinar referendada no pensamento de Santomé em sua Obra “Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado”, como referencial de utilização para as discussões presentes.

2 INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A chegada do século XX trouxe transformações intensas, dentre elas o fenômeno conhecido como globalização, deflagrando mudanças nas mais diversas áreas da sociedade. Embora não represente uma história recente, o termo é associado à dimensão econômica entre as nações e utilizado para caracterizar as transformações que vem ocorrendo no mundo, com intensiva força após a década de 1980, em virtude do impacto das novas tecnologias da informação e das comunicações na contemporaneidade. Tal fenômeno, a globalização, está denominado no Dicionário Aurélio (2001) como o

“processo de integração entre economias e sociedades dos vários países, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros e à difusão de informações” (AURÉLIO, 2001 p. 348).

Nesse cenário, a educação foi impulsionada a uma reestruturação para levar os indivíduos à necessidade de buscarem um novo posicionamento: o da compreensão sobre o mundo em suas múltiplas modificações.

Enquanto que no século XIX a educação elementar foi exaltada como processo fundamental para o progresso das nações, como fator determinante para o desenvolvimento econômico e social, a partir do século XX e com maior intensidade, no século atual, as finalidades atribuídas à educação se ampliaram, podendo ser claramente identificadas no prefácio do Relatório da UNESCO intitulado “A Educação: um tesouro a descobrir”, tendo seu papel evidenciando-se para a construção da cidadania.

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social, tendo papel essencial no desenvolvimento

contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. Não como um ‘remédio milagroso’, não como um ‘abrate – césamo’, mas entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras. (DELORS, 1999, p. 11).

Nesse sentido, a formação para a cidadania, tendo como base o conceito contemporâneo, voltando-se para a afirmação dos direitos sociais numa perspectiva da equidade, ainda é o grande desafio posto à educação. Tal perspectiva significa que o exercício da cidadania não pode estar limitado à participação política, mas, sobretudo, representando coesão social, equidade das oportunidades e nos benefícios da coletividade, em detrimento ao individualismo, social e historicamente consagrado pela divisão de classes.

Para dar conta dessa demanda, a estrutura educacional vem sofrendo reestruturação, redirecionando suas bases legais e conceituais e mapeando um conjunto de orientações didático-metodológicas em regulamentações

específicas através de Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, e demais conjunto de legislações complementares.

2.1 O REDIRECIONAMENTO DO PAPEL DA ESCOLA À FORMAÇÃO CIDADÃ

Nenhum processo educacional carrega neutralidade, caracterizando-se, portanto, em um processo político, social e histórico. Nesse alinhamento e de acordo com os PCN (1997), a escola deve dar lugar no seu cotidiano às questões sociais, à ética, aos valores implícitos e explícitos que regulam as ações dos sujeitos escolares e que são determinantes do processo de ensinar e aprender, no qual professores e alunos se encontram, interferindo, portanto, na formação pessoal de cada aluno. O contexto escolar, nesse sentido, pode ser visto como um ambiente que acolhe e coloca o aluno na esfera total das relações sociais e suas experiências vivenciadas na escola serão significativas para se colocar no mundo e nas relações com o outro.

Colocando à educação um novo direcionamento do seu papel, os PCN orientam-se por uma perspectiva política à formação da cidadania, devendo ser esta o eixo vertebral de toda a política

educacional a se efetivar. Para tanto, a escola precisa assumir a valorização da cultura de sua comunidade interna e externa e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando aos alunos o acesso aos conhecimentos socialmente relevantes do patrimônio universal da humanidade, na intenção de conduzir os alunos para uma nova forma de participação social.

Segundo Carvalho (2005),

A escola é um espaço plural, extremamente complexo, impregnado de regras, de valores nem sempre consensuais e de muitos sentimentos contraditórios quanto às funções políticas e sociais da escola. Inúmeras e diversas são as expectativas da sociedade, das famílias, dos alunos, de toda a comunidade escolar, interferindo direta ou indiretamente no dia a dia das escolas. (CARVALHO, 2005, p. 180).

Importante também se apresentam as considerações de Gadotti (1998) quando evidencia o papel da escola no cenário educacional da atualidade:

Até muito recentemente, a questão da escola limitava-se a

uma escolha entre ser tradicional ou moderna. Essa tipologia não desapareceu, mas não responde a todas as questões atuais da escola. Muito menos à questão do seu projeto formativo. [...] A crise paradigmática também atingiu a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. (GADOTTI, 1998, p. 35).

Nessa tarefa de instrumentalizar os alunos para participarem da cultura, das relações sociais e do campo político, a escola precisa estar atenta às questões relativas à globalização da economia e das comunicações, às transformações científicas e tecnológicas e à educação ética e de valorização social, como condição primária.

2.2 O CURRÍCULO E SUAS VERTENTES

O termo currículo provém do vocábulo latino ‘curere’, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser

realizado. Numa perspectiva analógica, pode-se ilustrar que a escolarização é o percurso para os alunos e o currículo, traduzido pelo conjunto de conteúdos, representando o guia para o progresso de sua escolaridade.

O currículo é o instrumento pelo qual garante à escola poder realizar suas finalidades e compreender um projeto seletivo da cultura social, isto é, configurar um projeto cultural e político-social em opção de uma formação comum para todos os seus alunos, pois é através de sua organização e estrutura que seus reflexos podem auxiliar na transformação da realidade social.

Parafraseando Oliveira (2002):

A busca de uma proposta pedagógica para a escola deve partir das discussões democráticas e participativas da comunidade escolar acerca das experiências infantis com a realidade cultural das suas necessidades educativas expressas no currículo e nos objetivos ligados ao desenvolvimento humano. (OLIVEIRA, 2002, p. 56).

Percebe-se através da argumentação do autor que o currículo escolar representa a marca de uma cultura na qual foi produzido. Nele está

contido mais que um rol de conteúdos que constituem as disciplinas, mas abriga, sobretudo, toda uma história cultural, política e social, além da afetividade e relações interpessoais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos.

Santomé (1998) oferece a sustentação de que o conhecimento científico na atualidade vem sendo cada vez mais inter-relacionado, visando dar conta da resolução de problemas sociais complexos. Segundo o teórico, o conhecimento científico constantemente associa conteúdos disciplinares a suas tecnologias, gerando um rompimento das barreiras disciplinares, fruto do crescente processo de globalização e de universalização da informação.

Nesse sentido e para o cenário educacional contemporâneo, o currículo também passou por um processo de transição, envolvendo momentos de estabilidade e instabilidade, assim como de reconstruções. Seu histórico conceitual e de aplicabilidade revelam que as mudanças postas à sociedade, terminaram por influenciar, inevitavelmente, na estrutura curricular da escola, uma vez que através de seus determinantes, o currículo produz representações nos grupos sociais e nos sujeitos envolvidos na escola - professores, gestores, alunos,

funcionários - e no contexto em que estes estão inseridos - as famílias e as comunidades, se constitui pelas práticas educativas, pelas ações dos professores e pelas interações estabelecidas entre as famílias e comunidade em que se insere.

2.3 TEORIAS CURRICULARES

Através da vasta literatura disponível sobre o currículo e suas teorias, encontra-se que o sistema educacional no Brasil adotou duas vertentes curriculares, sendo uma de linhagem conservadora com forte presença nas escolas até a década de 1980, e a outra de linhagem contraposta, com ensaios inicialmente a partir dos novos rumos dados à educação brasileira no início da década de 1990, por força da necessidade de atendimento aos novos parâmetros postos pela reestruturação educacional, com perspectivas de oferta de uma formação cidadã.

Na linhagem conservadora, a proposta utilizada com maior evidência foi a do currículo constituído por disciplinas, caracterizando de um lado, a forte divisão e fragmentação do conhecimento, e de outro, o isolamento profissional. A característica marcante do conhecimento, de forma fragmentada, é entendida como sendo cartesiana, representando o pensamento de que para

resolver uma questão em complexidade as partes devem ser decompostas em busca da simplificação do problema, e da mesma forma, a junção das partes oferece a resolução do todo.

De acordo com Santomé (1998) podem se destacar como principais críticas ao currículo baseado em disciplinas isoladas: atenção insuficiente aos interesses dos alunos quando estes deveriam ser um dos principais pontos de um programa educacional; o desrespeito às experiências prévias dos alunos, descaracterizando-os da condição de sujeito social; o uso exarcebado do livro didático que desconfigura a problematização do meio sociocultural dos alunos; a inviabilidade do diálogo entre o conhecimento de caráter globalizado; as dificuldades no tratamento de questões práticas e vitais como drogas, paz, desarmamento, conflitos étnicos, educação sexual, educação para a saúde, entre outros; e o impedimento à compreensão sobre a existência entre os conteúdos das disciplinas; o desestímulo a crítica e a curiosidade; além de não garantir a sustentação de uma organização do trabalho pedagógico flexível e consagra o já histórico processo de tecnificação do papel e da atuação dos professores.

A organização curricular por base em disciplinas coloca-as como

realidades estanques sem interconexão entre as áreas do conhecimento, dificultando a compreensão deste como um todo integrado e as várias possibilidades de construção, por parte dos alunos e professores, de uma visão abrangente da realidade educativa e social, como sujeitos históricos e determinados pela cultura de ambos.

Para a linhagem curricular em dimensão contraposta caracterizada como teoria crítica, os efeitos do currículo disciplinar passaram a ser questionados a partir da década de 1980, por se entender que qualquer estudo que se proponha a uma análise da estrutura curricular deve considerar a estrutura da escola dentro e fora do contexto mais amplo que a condiciona.

Sobre isso, Sacristan (2007) argumenta que:

O mundo em que vivemos já é um mundo global, no qual tudo está relacionado, tanto nacional como internacionalmente, um mundo onde as dimensões financeiras, culturais, políticas, ambientais, científicas, etc, são interdependentes, e onde nenhum de tais aspectos pode ser compreendido de maneira adequada à margem dos demais. [...] O currículo globalizado e interdisciplinar

converte-se assim em uma categoria ‘guarda-chuva’ capaz de agrupar uma ampla variedade de práticas educacionais desenvolvidas nas salas de aula, e é um exemplo significativo do interesse em analisar a forma mais apropriada para contribuir para melhorar os processos de ensino e aprendizagem. (SACRISTAN, 2007, p. 27).

Compreende-se a partir do que defende o autor, que a relação entre educação, escola e currículo é intrínseca e dela depende o perfil de formação capaz de corresponder às expectativas da sociedade. Neste sentido, o currículo deve assumir uma condição de conhecimento crítico.

Na mesma defesa, Santomé (1998) traz o seguinte apontamento:

O currículo integrado converte-se assim em uma categoria ‘guarda-chuva’ capaz de agrupar uma ampla variedade de práticas educacionais desenvolvidas nas salas de aula, e é um exemplo significativo do interesse em analisar a forma mais apropriada de contribuir para melhorar os processos de ensino e aprendizagem. (SANTOMÉ (1998, p.27).

Para o autor, superar as políticas de fragmentação disciplinar seria o objetivo principal da interdisciplinaridade, podendo-se atualmente compreendê-la como um movimento pedagógico em defesa da aprendizagem socialmente relevante.

[...] Uma das razões desta política de fragmentação disciplinar é resultado da tendência dos pesquisadores a perfilar os problemas a serem estudados de uma maneira muito precisa, para resolvê-los com maior rapidez. O forte peso da cultura do positivismo, com sua ênfase na precisão, e a imposição de determinadas metodologias de pesquisa e, portanto, de formas de legitimação do conhecimento favorecem a caminhada em direções disciplinares mais reducionistas; ganhava-se nos níveis de precisão nos quais se trabalhava, mas em geral perdoava-se nas questões relativas à sua relevância. (SANTOMÉ, 1998, p. 62).

Nessa perspectiva, os aspectos sociais e culturais devem constituir a base de sustentação à construção e desenvolvimento do currículo nas

escolas, oferecendo tratamento consistente aos conteúdos das disciplinas.

2.3 FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

A justificativa para uma formação interdisciplinar tem se intensificado na história educacional brasileira a partir do século XX, advindo das insatisfações com o currículo constituído isoladamente por disciplinas, apelando para os benefícios da pesquisa e do estudo interdisciplinar e a necessidade de adequação às peculiares psicológicas dos alunos.

Para Santomé (1998) “A interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho (...) é um objetivo nunca completamente alcançado e por isso deve ser permanentemente buscado. Não é apenas uma proposta teórica, mas, sobretudo uma prática”.

Defendendo a proposta de projetos curriculares integrados, Santomé (1998) afirma:

A utilidade social do currículo está em permitir aos alunos compreender a sociedade em

que vivem, favorecendo, para tal, o desenvolvimento de aptidões, tanto técnicas como sociais, que os ajudem em sua localização na comunidade de forma autônoma, crítica e solidária. Para que tal objetivo seja alcançado, há temas, questões e problemas que precisam ser trabalhados e que não se enquadram, na maioria das vezes, nas áreas de conhecimentos tradicionais e, conseqüentemente, não fazem parte dos ‘currículos por disciplina’. (SANTOMÉ 1998, p.187).

Continuando sua defesa, o autor esclarece que o currículo integrado, o qual promove práticas interdisciplinares, permite operacionalizar conteúdos socioculturais relevantes presentes nas várias áreas de conhecimento; desenvolver pensamento interdisciplinar, mediante a união de ações pedagógicas; desmistificar valores ideológicos presentes nas questões sociais e culturais; permitir a construção do espírito de coletividade à gestão escolar e promover estímulo às discussões e análises sociais, pelo desenvolvimento do senso crítico.

Uma proposta educativa em perspectiva interdisciplinar implica em

promover a integração de conteúdos; superar a condição fragmentária a dimensão unitária do conhecimento; superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, a partir da contribuição das diversas ciências; e valorizar o ensino-aprendizagem ancorando-se na visão de que aprende-se continuamente ao longo de toda a vida.

A base da concepção interdisciplinar de Santomé aponta benefícios significativos, a exemplo de promover uma intervenção educativa aberta, dialógica, seja no papel de quem aprende ou para quem ensina, visando garantir a construção de um conhecimento globalizante a partir do rompimento das fronteiras estabelecidas entre as disciplinas. Para tanto, faz-se necessária atitude de busca, de envolvimento, compromisso e reciprocidade diante do conhecimento, por ambas as partes envolvidas no processo de ensino aprendizagem.

O autor ressalta que uma proposta de trabalho interdisciplinar não anula jamais o conjunto de disciplinas constantes do currículo escolar. Ela desenvolve-se apoiando-se nas disciplinas; a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas e estas, por sua vez, serão afetadas positivamente pelos seus

contatos e colaborações interdisciplinares (SANTOMÉ, 1998). Nessa ótica, o conhecimento passa a ser visto como algo inacabado, um fenômeno de muitas dimensões, impossível de abrangê-lo na sua totalidade, sendo que sempre surgirão novos desdobramentos.

É importante ressaltar que não é fácil decidir por uma prática pedagógica interdisciplinar. Aos sujeitos envolvidos no processo gestor e pedagógico é posto a necessidade de revisão de seus conceitos sobre toda a dinâmica social e educativa, em função da necessidade de reconhecimento da realidade cultural em que todos estão inseridos. Assim sendo, vivenciar processos interdisciplinares exige de todos, postura e comportamentos de flexibilidade, confiança, paciência, sensibilidade, ações diversificadas, predisposição para aceitação de desafios e de novos papéis e responsabilidades pedagógicas, intuição, percepção rápida, coragem para enfrentar desequilíbrios e vivências em discordâncias e complexidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que haja um trabalho interdisciplinar é necessário alguém que dê vida e provoque vivências. Alguém com predisposição a ser um constante vir

a ser, um sujeito em formação inacabada e aberto à expansão pessoal e à interação.

A interdisciplinaridade é integração, dentro do contexto escolar, entre teoria e prática, conteúdo e realidade, ensino e avaliação, professor e aluno, dentre os muitos fatores que envolvem o processo pedagógico. Ela requer uma ação crítica que conviva com as incertezas, contradições e ambiguidades, que reflita a realidade de tal modo que contribua para a formação de cidadãos capazes de conviverem e modificarem seu entorno social, cultural e natural. É a superação da linearidade e da fragmentação do ensino.

Portanto, assim, a interdisciplinaridade pretende ser incentivadora de uma prática posicionada e capaz de reconduzir a educação ao seu papel de formadora do cidadão crítico e atuante na transformação da sociedade, pois essa tomada de consciência chamada interdisciplinaridade permite uma releitura da prática docente e da postura como ser humano imerso na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: aos**

parâmetros curriculares nacionais.

Brasília: Ministério da Educação, 1997.

CARVALHO, Janete Magalhães.

Pensando o currículo escolar a partir do outro que está em mim. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo.** São Paulo: Cortez, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. 2d. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTAN, José Gimeno. **A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.